



POR ARENAS MAIS HÍBRIDAS: O TRÂNSITO DA COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE ENTRE O PATRIMÔNIO E A PRODUÇÃO CULTURAL

*towards more hybrid arenas: the
quilombaque cultural community's
transition between heritage and
cultural production*

Pedro Vianna Godinho Peria¹

Marta Ferreira Santos Farah²

-
- 1 Bacharel, mestre e doutorando em Administração Pública e Governo – FGV EAESP. E-mail: p.v.g.peria@gmail.com
 - 2 Doutora em Sociologia pela FFLCH-USP, Professora titular do Departamento de Gestão Pública da FGV-EAESP. E-mail: marta.farah@fgv.br

RESUMO

Discutimos as interações entre diferentes maneiras de atuação na arena do patrimônio cultural: de um lado, a política pública gestada por órgãos estatais e, de outro lado, as atividades da Comunidade Cultural Quilombaque, coletivo cultural de Perus (São Paulo). Para tanto, partimos das propostas teóricas da abordagem da ação pública, que enfatiza o papel de outros atores além dos estatais na conformação de determinadas arenas públicas. Em primeiro lugar, caracterizamos a ação do Estado brasileiro no campo do patrimônio como uma política que logrou isolar-se de ondulações políticas e de demandas sociais, a despeito das críticas de intelectuais e de experiências de democratização. Em seguida, a partir de um estudo empírico baseado em pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, apresentamos os trânsitos que o coletivo político-cultural efetua entre brechas nas políticas públicas para executar suas ações de patrimonialização. Para atuar na arena do patrimônio cultural, a Comunidade Cultural Quilombaque mobiliza atividades na arena da produção cultural a partir das políticas públicas municipais, estaduais e federais de fomento, de forma que as conclusões do estudo nos permitem refletir sobre os desvios criativos da ação pública que podem fortalecer a continuidade do projeto de democratização das políticas públicas de patrimônio.

Palavras-chave: Comunidade Cultural Quilombaque; patrimônio cultural; ação pública; produção cultural.

ABSTRACT

We discuss the interactions between different ways of acting in the cultural heritage arena: on one hand, the public policy managed by state agencies and, on the other hand, the activities of the Quilombaque Cultural Community, a cultural collective from Perus (São Paulo). To this end, we draw on the theoretical proposals of the public action approach, which emphasizes the role of actors other than the state actors in the shaping of certain public arenas. Firstly, we characterize the Brazilian State's action in the field of heritage as a policy that managed to isolate itself from political undulations and social demands, despite criticisms from intellectuals and democratization experiences. Then, from an empirical study based on documentary research and interviews, we present the transits that the political-cultural collective makes between gaps in public policies to perform its actions of patrimonialization. In order to act in the cultural heritage arena, the Quilombaque Cultural Community mobilizes activities in the arena of cultural production based on municipal, state and federal public policies of promotion, so that the conclusions of the study allow us to reflect on the creative deviations of public action that can strengthen the continuity of the project of democratization of public heritage policies.

Keywords: Comunidade Cultural Quilombaque; cultural heritage; public action; cultural production.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, contrapomos duas formas de agir em prol do público no campo do Patrimônio Cultural; uma delas, a política pública de patrimônio cultural, a outra, a ação da Comunidade Cultural Quilombaque, coletivo político-cultural atuante em Perus (bairro da Zona Norte do município de São Paulo). Não procuramos construir uma comparação, mas uma observação crítica de duas linguagens de patrimonialização e das diferentes formas pelas quais as ações de memória da Quilombaque encontram as políticas públicas. Ainda que se trate da análise de um caso frente a uma política, é possível pensar como os elementos encontrados na interação criativa entre coletivo e governo são presentes em outras ações.

Admitimos que não haja apenas uma forma de patrimonialização: esse é um fenômeno plural, polissêmico, construído por muitos atores além e aquém do Estado. No campo multidisciplinar das políticas públicas, essa abordagem analítica consolidou-se com o foco na ação pública, entendendo que “governos não têm o monopólio sobre

o público e que o público nunca abriu mão da sua disposição de agir publicamente” (SPINK, 2015, p. 13), ou seja, o que consideramos como público é construído cotidianamente não apenas no âmbito estatal. Spink (2013) propõe que apostemos na noção de “cacofonia performática” ao invés de aceitar a centralidade da ação estatal nas diferentes arenas sociais. Essa abordagem procura ampliar o foco analítico para além do conceito de políticas públicas, que envolve necessariamente a autoridade e legitimidade estatal. (FARAH, 2021) Essa abertura semântica nos permite estudar a interlocução entre diferentes maneiras de agir; neste caso, diferentes formas de performar ações de patrimonialização.

Devemos entender que grupos inquietos se mobilizam e se organizam para definir um problema a partir de suas próprias experiências e essa ação orientada à solução de situações entendidas como problemáticas se dá na arena pública, entendida como: “uma arena social cujos atores visam bens públicos, referem-se ao interesse público, definem seus problemas como públicos e sentem, agem e falam em consequência disso”. (CEFAÏ, 2017, p. 200) Essas arenas são os espaços nos quais diferentes linguagens e formas de agir se encontram para definir cursos de ação convergentes ou divergentes. Nesses termos, a arena pública do patrimônio cultural envolve não apenas os órgãos oficiais de preservação e suas respectivas políticas, mas grupos mais ou menos organizados cuja vocação é, também, a patrimonialização. Se a política pública é uma das muitas formas pelas quais a ação pública é posta em prática, as análises devem se voltar para compreender como se dão as outras performances e quais as relações que são construídas nessa “cacofonia”.

Nossa análise parte da delimitação dos contornos da política pública de patrimônio cultural no Brasil a fim de compreender como essa ação de patrimonialização foi construída. Veremos que essa política pública é marcada por sua hermeticidade e por uma tendência à centralização: dentro de uma arena que se caracteriza pela diversidade de atores, é conduzida por uma gramática inflexível e seus

agentes executores raramente se mostram abertos à troca com outras formas de agir no mesmo campo. Não pretendemos afirmar que o isolamento seja total e inexorável, mas apenas compreender, à luz de outras ações de patrimonialização, como o caminho da democratização das políticas de patrimônio segue a passos brandos.

Acreditamos ser produtiva a observação de ações de patrimonialização que têm sido gestadas por coletivos culturais e que disputam o próprio significado das ações de patrimonialização. Concordamos com estudos que trazem para o centro de suas análises as trocas entre ações comunitárias e a ação oficial do patrimônio. (NITO; SCIFONI, 2018; ZAGATO, 2017) A Comunidade Cultural Quilombaque atua desde 2005 na produção cultural, e desde 2014, aproximadamente, no campo do patrimônio cultural a partir do mapeamento de lugares de memória do território e da consolidação de uma rede de turismo comunitário. A partir de documentos produzidos pelo coletivo e da realização de duas entrevistas, uma com um dos fundadores e coordenadores da Quilombaque e outra com a coordenadora do Museu Territorial Tekoa Jopo'i e da Agência Queixadas, braços que atuam mais diretamente nas práticas de patrimonialização, veremos os trânsitos criativos entre diferentes arenas públicas para que a Quilombaque consiga efetivar sua ação no campo do patrimônio. De um lado, a história desse coletivo corrobora parte da literatura acadêmica que critica a hermeticidade das políticas de patrimônio cultural no Brasil. Por outro lado, podemos nos inspirar no seu exemplo para não esquecer a dimensão da produção cultural em cada ação de patrimonialização. Nesses termos, faz sentido propor uma contaminação das políticas oficiais na direção de ações mais porosas já em curso na arena pública do patrimônio.

A HERMETICIDADE DO PATRIMÔNIO

No caso brasileiro, diferentemente da experiência francesa descrita por Choay (2017) e Poulot (2009), a ação oficial no campo do patrimônio cultural não nasce com o objetivo de garantir que o Estado

cumprisse um papel de identificação e proteção dos objetos de rememoração da nacionalidade, mas, antes, de consolidar a própria ideia de Nação. (MAGALHÃES, 2017) Os conflitos não se resumiram a proteger ou não proteger, mas precisamente a o que proteger. Todas as ações de patrimonialização e a maior parte da produção intelectual sobre ela, estão centradas no papel dos intelectuais modernistas na conformação dessa política. De maneira geral, esse projeto “estava associado ao reconhecimento da necessidade de produzir uma imagem singularizada do Brasil como cultura e como parte da moderna civilização ocidental”. (GONÇALVES, 2002, p. 41) A questão era promover uma ideia da nação brasileira que fosse, ao mesmo tempo, universal e particular.

Nesse esforço amplo, as transformações do aparelho estatal promovidas pelo governo de Vargas na década de 1930, em especial nas arenas de Educação e Cultural (MICELI, 2001; BOMENY, 2001), foram responsáveis pela criação de instituições com “funções novas”. A fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937 é a pedra fundamental para o avanço da ação estatal na arena do patrimônio cultural. Seguindo a tese de Gonçalves (2002), a retórica que sustentou os primeiros anos da política pública brasileira de proteção ao patrimônio cultural foi pouco alterada e marcada pela primazia da noção de uma “missão” de intelectuais frente a uma cultura ainda sem unidade. A figura do especialista é presença constante, mesmo que assuma diferentes formas, nas falas sobre o patrimônio cultural, configurando o que Smith (2006, p. 4) nomeou como o “discurso autorizado do patrimônio”³.

Colocando a devida atenção aos momentos históricos nos quais as principais ações de patrimonialização foram realizadas, lembraremos que as gestões de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937–1967) e Aloísio Magalhães (1979–1982) se deram em contextos – majoritariamente – ditatoriais. Tomando a gênese da política nacional como momento privilegiado para a discussão aqui proposta, perceberemos

.....
3 No original, “authorized heritage discourse”.

que o golpe que deu origem à ditadura de Vargas marcou o início do “nacionalismo como política de Estado” (CHUVA, 2017, p. 87), de forma que as complexas relações entre atores políticos e intelectuais que corporificaram os momentos iniciais da política nacional sobre patrimônio cultural devem ser compreendidas a partir desse estatuto notadamente autoritário de definição da Nação e do nacional.

A partir das determinações do Decreto-Lei nº 25, o instituto do tombamento forneceu um instrumento de ação altamente eficaz para a imposição de uma determinada narrativa sobre a nacionalidade. Com essa possibilidade em mãos, o Estado Novo e certas vozes do grupo modernista conseguiram impingir uma narrativa coesa, compacta e estável: as produções edificadas do Período Colonial foram alçadas à categoria de genuinamente brasileiras e matriz de inspiração para as futuras gerações. (LONDRES, 2001) O levantamento feito por Rubino (1991) mostra que mais de um terço de todos os bens que seriam inscritos nos Livros do Tombo até 1967 foram tombados em 1938 e, neste ano, cerca de metade se referia ao século XVIII. Mais especificamente, até 2015, cerca de 70% dos bens tombados em nível nacional obtiveram esse estatuto durante a gestão de Rodrigo M. F. de Andrade, garantindo um quadro de patrimonialização com “um mapa do Brasil distorcido, com uma evidente hipertrofia do Sudeste e Nordeste e de certas heranças culturais ali praticadas”. (MARINS, 2016, p. 20)

A escolha desses objetos, não de outros, foi revestida por uma ideia de rigor, desprendimento e cientificidade. Segundo Chuva (2017, p. 73), trata-se “de uma história objetivada pelo exercício, a todo momento, de diversos poderes – dentre os quais ganha papel de destaque o poder/saber técnico”. O campo do patrimônio cultural no Brasil, enquanto área de atuação e de pesquisa, é marcado pela ideologia da tecnocracia; desde o início, um dos elementos centrais dessa prática foi a afirmação de que eram intelectuais que deveriam dar a ver a autenticidade da Nação. Para Rubino (1991, p. 159), a constituição do patrimônio enquanto tema levou à criação de um campo do conhecimento que, ao mesmo tempo, “requisita e produz especialistas”.

Essa característica tecnocrática acaba por despolitizar o campo do Patrimônio Cultural. Dentro dos estudos sobre políticas culturais no Brasil, o autoritarismo é uma “triste tradição” (RUBIM, 2007 p. 11), o que levou Calabre (2014, p. 140) a afirmar que “a história das políticas culturais no Brasil, até a chegada do século XXI, teve seus pontos altos, contraditoriamente, nos períodos de governos autoritários”. Não à toa, Rodrigo M. F. de Andrade foi presidente do órgão federal durante o governo de onze presidentes da República, do início ao fim da Ditadura do Estado Novo, passando por toda a Quarta República e pelos primeiros anos da Ditadura Civil-Militar. Num momento de intenso conflito pelo projeto político que governaria o país, a política nacional de patrimônio cultural manteve-se quase que inalterada. Ainda assim, a ação do Estado no patrimônio não se deu de forma homogênea. Desde a gênese da política pública de patrimônio cultural, deve-se ressaltar os conflitos internos ao próprio movimento modernista, com sua face futurista e autoritária proclamada pelo grupo de Menotti del Picchia e Plínio Salgado, seu lado popular de Mário de Andrade e seu flanco comunista de Oswald de Andrade e Pagu, e os embates entre esse e o Estado Novo. Para Sala (1990, p. 21), a ação do governo de Vargas sobre a Educação e a Cultura buscou “fazer do catolicismo tradicional e do culto dos símbolos e dos líderes da pátria a base mítica de um Estado nacional forte e poderoso”. De outro lado, o esforço de Mário de Andrade no campo da política cultural, que culminou na escrita do “Anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional”, procurou incorporar uma perspectiva antropológica e etnográfica, enfatizando as tradições e os praticantes populares sem esquecer o erudito – perspectiva essa que foi vencida, não hegemônica, mas ainda com ecos presentes na reflexão sobre o patrimônio.

O fato de essa concepção abrangente sobre arte e cultura não ter sido, de início, englobada pelas ações oficiais na arena do patrimônio cultural mostra uma contradição que, no caso de Mário de Andrade, foi resolvida com a dupla face do Estado Novo como

algoz de experiências democratizantes e espaço privilegiado para a construção de um projeto de política cultural liderado por intelectuais engajados. (BOTELHO; HOELZ, 2018) Nesses termos, somos capazes de enxergar além de um processo unívoco de “cooptação” e de criação de “escritores–funcionários”, como sugere a tese de Miceli (2001), para problematizar os fatores complexos que explicam as ondulações na “aquiescência desses intelectuais na montagem do autoritarismo”. (BOMENY, 2001, p. 15)

Além disso, um rico pensamento crítico sobre a prática da patrimonialização nos moldes centralizadores como foi estabelecida não é recente e foi gestado por intelectuais engajadas e engajados que ocupavam cargos públicos nos próprios órgãos de preservação. Se as instâncias competentes sempre foram preenchidas por intelectuais–funcionários/as, percebemos que a partir da redemocratização essas mesmas personagens conseguem maior espaço para questionar a sua atuação na direção colocada por Miceli (1987, p. 47): “os dilemas com que se defronta qualquer política de patrimônio atualmente se referem quase todos à questão da democratização”. No mesmo ano, Arantes (1987, p. 55) escreveu que “o fundamental continua sendo tornar os órgãos de Estado mais permeáveis à sociedade”. Pouco tempo depois, a promulgação da nova Constituição Federal passou a determinar, em seu Artigo 216, uma visão ampliada do patrimônio e da prática de preservação, que, segundo Sala (1990), recupera as concepções originais de Mário de Andrade.

Podemos localizar, então, a década de 1980 como um momento de alta reflexividade no interior dos estudos e das práticas do patrimônio cultural, que culminará em algumas tentativas de abertura da política nas décadas seguintes. Partindo da experiência do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), Neves (2018, p. 102–103) afirma que naquela década “a visão do patrimônio se ampliou e passou a considerar as mais diversas dinâmicas sociais, a memória de grupos e o entendimento social sobre o patrimônio e sua importância na constituição da

cidadania”. No âmbito federal, podemos tomar a educação patrimonial (SCIFONI, 2015) e os inventários participativos (NITO; SCIFONI, 2018) como exemplares desse movimento de disputa interna. No município de São Paulo, as gestões de Luiza Erundina, como prefeita, e de Marilena Chauí, como chefe da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), representaram grandes inovações institucionais e políticas (RETROZ; BORGES, 2021), que serão de especial interesse para compreender a ação da Quilombaque.

A figura de especialistas não pode ser entendida sem certo grau de ambiguidade: não se trata de uma personagem fácil na história da política pública de patrimônio no Brasil. Em direção semelhante à inflexão discutida por Farah (2016, p. 969) em relação aos campos da saúde e da habitação, vemos a “imersão dos analistas [especialistas] em um ambiente de questionamento e reflexão crítica e sua permeabilidade a interesses e valores de outros grupos sociais” para efetivar uma “busca por projetos alternativos”. A democratização intensificou contatos produtivos entre Estado e sociedade civil e logrou novas definições sobre problemas públicos a partir da ampliação dos atores participantes das arenas públicas. (CEFAÏ, 2017) A continuidade dessa postura passa por observar quais os atores que, a despeito de todos os avanços, ainda não participam da arena pública do Patrimônio Cultural no Brasil. É precisamente esse olhar crítico que abre espaço para a investigação de outras ações de patrimonialização.

TRANSITAR ENTRE ARENAS

A Comunidade Cultural Quilombaque foi fundada em 2005 por jovens interessados em arte, especialmente na percussão, num dos muitos bairros da periferia da capital paulista, marcada pela falta de equipamentos públicos, principalmente, os de Cultura. Atuando em rede, faz parte do Movimento Cultural da Periferia (MCP) a fim de pautar a falta de equipamentos e políticas culturais voltadas diretamente para as periferias. Em interlocução com o poder público, desde 2007 submete projetos de produção cultural para as diversas

leis de fomento e, hoje, já auxilia outros coletivos a elaborar propostas competitivas. Especificamente no campo do Patrimônio Cultural, desde 2014, a Quilombaque propõe a construção conjunta e continuada do Museu Territorial Tekoa Jopo'i e da Agência Queixadas de Turismo Comunitário como forma de dinamizar polos de Perus como atrativos turísticos a partir da identificação de marcos históricos para mostrar e valorizar as histórias de luta e resistência.

Em seus mais de quinze anos de atividade, a Comunidade encontrou diferentes formas de se manter: desde a venda de produtos ao auxílio governamental e às campanhas de arrecadação coletiva. Com o passar dos anos, vemos uma espécie de avanço da Quilombaque em direção às brechas onde poderiam encontrar recursos que possibilitassem o desenvolvimento da sua proposta artística, cultural e política. Em 2007, a Quilombaque é contemplada em uma das primeiras edições do Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) da SMC, que destinava a verba a iniciativas de produção cultural de jovens de baixa renda. Segundo José Soró, líder comunitário e figura central para a edificação da Quilombaque, “eles tinham feito um projeto sofrível. Muito sofrível. Um ano eles não conseguiram, no outro eles tinham conseguido”. (QUEIROZ, 2017) Sobre o projeto de captação “Refúgio da Batida”, Clébio “Dedê”, um dos fundadores do coletivo lembra-se do percurso até conseguirem ser contemplados com recursos: “a gente já tinha mandado, acho que duas vezes pro VAI, só que a gente não sabia escrever o projeto; com o tempo, a gente foi aprendendo na prática”. (SOUZA, 2017)

Ainda que o VAI tenha sido um combustível importante, foram inserções pontuais e esporádicas. Foi a inclusão em um programa federal de fomento que permitiu novos impulsos: os Pontos de Cultura. A inflexão é bem demonstrada pela fala de Clébio “Dedê”: “a gente chegou a um patamar: ou fecha a porta ou [...] E foi quando abriu o edital do Ponto de Cultura, a gente começou a escrever”. (SOUZA, 2017) Sendo o primeiro ponto de cultura da região e colocando em prática os objetivos do próprio programa federal, o

recurso foi utilizado para estruturar uma teia de coletivos culturais com propostas e formas de organização semelhantes.

Com a criação de uma pessoa jurídica própria, em 2011, o coletivo passa a ser caracterizado como uma organização de grande sucesso na proposição iniciativas para editais de fomento. Entretanto, não há apenas beleza nesse formato de mobilização: em grande medida, a distribuição dos recursos financeiros e do conhecimento prático sobre as brechas onde encontrar verba decorrem da escassez desses mesmos recursos no território. Apesar da experiência da liderança comunitária e da prática adquirida entre jovens da Quilombaque, a percepção é de distância entre os recursos necessários e verba disponibilizada. Para uma organização como a Quilombaque, que atua em múltiplas linguagens artísticas, os editais específicos para cada setor não contemplariam o todo do coletivo, além da dificuldade de competir com instituições já consolidadas em cada uma das áreas. Mais do que isso, a lógica dos editais voltados para a produção cultural na periferia faz com que coletivos “irmãos” lutem pelo mesmo quinhão do orçamento.

A solução encontrada foi lutar por uma nova política de fomento à produção cultural voltada especificamente para coletivos culturais das periferias. A articulação interterritorial do MCP permitiu que uma percepção de falta de recursos, compartilhada entre organizações semelhantes que já atuavam em rede, gerasse uma reivindicação coletiva de grande impacto que culminou na criação da Lei de Fomento às Periferias, em 2016. A organização em movimento é uma atitude estratégica para os produtores e produtoras culturais da periferia paulistana: “uma coisa sou eu, outra coisa sou eu mais um monte de gente falando sobre a mesma coisa, isso ganha um outro caldo, outra visibilidade, inclusive organizacional para dentro da prefeitura”. (Camila Cardoso, entrevista, 16/09/2021) Nesses diferentes casos, vemos com clareza o imbricamento entre política pública e ação pública: a ação estatal atuando como motor de manifestações coletivas. Essa teia criativa de reivindicação permitiu

um ciclo virtuoso no qual a pressão altera as políticas públicas que, em consequência, dão volume às atividades que já eram realizadas mesmo sem apoio. Como esperado, são mais complexas as relações entre Estado e público; assim como as conclusões dos estudos de D’Andrea (2013) e Raimundo (2017), vemos como as políticas culturais foram marcantes na consolidação de coletivos de produção artística na periferia da cidade e como esses coletivos também foram capazes de criar novas políticas.

Nesse contato direto, é a SMC que figura como a principal porta de entrada para uma interação pautada no diálogo e é o governo petista de Luiza Erundina (1989–1992) que aparece como o primeiro momento no qual houve grande participação popular no território. Entre fins da década de 1980 e início dos anos 90, o movimento dos ex-trabalhadores grevistas da Fábrica de Cimento Portland Perus travou grande interlocução com o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) a fim de documentar, a partir de um trabalho com história oral, a narrativa de resistência dos Queixadas em defesa de seus direitos trabalhistas. Essa interlocução resultou no tombamento material e imaterial de parte da área da Fábrica, hoje em ruínas, no ano de 1992 (RETROZ; BORGES, 2021), e essa proteção jurídica possibilitou que os jovens que criaram a Quilombaque pudessem ter as lutas históricas do território como base de incentivo e motivação. Nas palavras de Cleiton de Souza (2020, p. 39), um dos fundadores da Quilombaque, “naquele momento político, [procurava-se] ressignificar e revitalizar os espaços da antiga Fábrica para o lazer, a cultura e a produção de conhecimento”. N’O Direito à Memória, Déa Ribeiro Fenelon, então Diretora do DPH, afirmou que entre as metas da sua gestão estavam a implantação de projetos de história oral da memória do trabalho e dos movimentos sociais e o subsídio técnico aos movimentos contemporâneos a fim de documentação de sua própria história. (FENELON, 1992) As histórias do movimento dos Queixadas, lembradas pelos agentes da Quilombaque, mostram o outro lado dessa proposta, evidenciando que o projeto de cidadania

cultural colocado por Marilena Chauí, enquanto secretária, não foi mera inovação conceitual. Mesmo que por um período breve, a política de patrimonialização esteve próxima dos movimentos político-culturais e esse evento continua a ser visto como uma importante referência para as ações atuais da Quilombaque. Na gestão Erundina-Chauí-Fenelon houve a criação de um “ambiente” favorável à participação e à valorização da memória relevante para a comunidade local e para o território. Essa experiência gerou raízes, permitindo pensar em conexões com o nascimento, anos mais tarde, da Quilombaque – que, na nova conjuntura, encontrou nos editais das políticas da área de cultura – espaço para atuar.

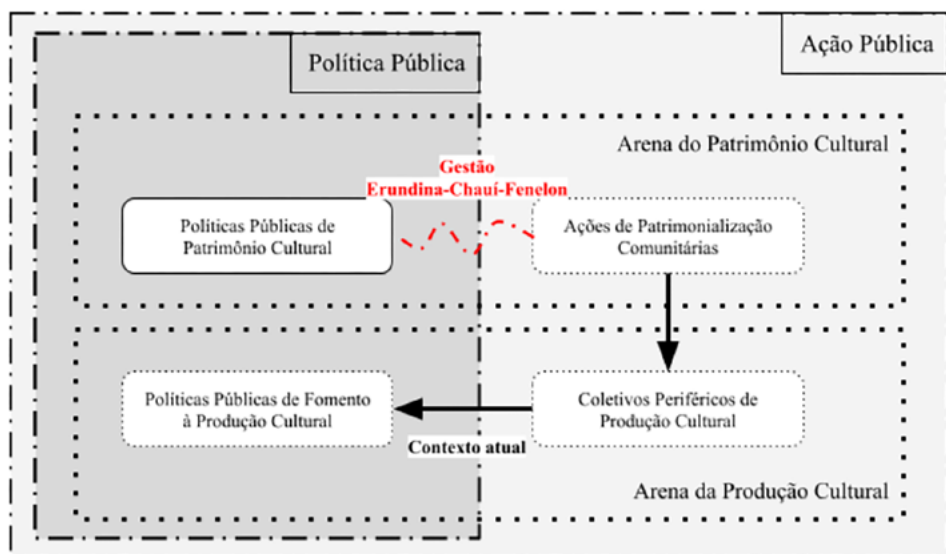
No entanto, se analisarmos menos as memórias evocadas pelas ações de patrimonialização do coletivo e mais as suas próprias atividades de produção cultural, veremos que a substância dos diálogos com o poder público foi alterada. No início da década de 1990, as políticas de fomento à produção cultural não estavam em voga e a interação entre o movimento de valorização da memória Queixada se deu diretamente com o órgão municipal de patrimônio. No início da década de 2000, quando criam a Quilombaque, os editais de fomento já figuram como a principal política pública, de forma que as portas de entrada encontradas por coletivos periféricos semelhantes se dão não nos órgãos de patrimônio cultural, mas pela Supervisão de Fomentos da SMC.

Na gestão de Luiza Erundina, não se tratou de uma política de incentivo à produção cultural, mas de valorização das memórias de movimentos sociais a partir do instituto do tombamento. Já nos anos de atuação da Quilombaque, as brechas foram encontradas nas políticas de incentivo à produção cultural, a partir do aprendizado da linguagem dos editais. Do outro lado, a fase dos editais é descrita como uma intensa corrida pela busca de mais recursos, não apenas para atividades de um ou outro coletivo, mas para o território. No primeiro caso de contato positivo, é a política municipal de patrimônio que chega a Perus para seguir as demandas históricas do movimento social. No segundo quadro, é a Quilombaque que vai

ao centro para requisitar recursos e alterar políticas de fomento que figuram como o ponto de virada para a sustentação do coletivo. Se é inegável que a SMC é colocada como a face mais porosa do Estado, as narrações daqueles que participam do movimento mostram que essa relação se deu em diferentes tonalidades.

Mesmo que os contextos históricos, institucionais e políticos sejam extremamente díspares, a singela presença das políticas oficiais de patrimônio na fala dos nossos narradores da Quilombaque é capaz de nos dizer muito. Devemos fazer uma diferenciação entre a arena pública de ações de patrimonialização e a arena pública da produção cultural, pois é a partir desta última que as ações da Quilombaque entram em contato com a ação estatal. O Esquema 1 procura sintetizar os trânsitos entre as diversas linguagens da ação pública discutidas.

Esquema 1 – Ação da Quilombaque e Arenas de Patrimônio e de Produção



Fonte: elaboração própria

A memória de uma postura política estabelecida no início da década de 1990 foi enraizada no território e, entre outros fatores, fertilizou um solo de reivindicação por brechas pelas quais os movimentos poderiam travar relações produtivas com políticas públicas de

cultura. A relação do coletivo aqui em foco com o Estado não se constrói no interior da arena pública do patrimônio cultural, mas pela via da arena pública da produção cultural. As políticas públicas de fomento figuram como mais porosas à presença e à pressão de movimentos sociais e, além disso, tiveram papel fundamental na consolidação de coletivos das periferias. De modo diverso, as políticas públicas de patrimônio cultural são pouco acessíveis e travam raros contatos com as ações de patrimonialização da Quilombaque. A ausência das políticas de patrimônio na narrativa da Quilombaque não significa que esse movimento não trave relações produtivas com a ação estatal, mostra apenas que o ciclo virtuoso entre ação pública e política pública se dá por caminhos mais tortuosos. Mesmo admitindo a estrutura sucateada da Secretaria e, em especial do DPH, um dos coordenadores da Quilombaque, Cleiton Fofão, afirmou em entrevista o imperativo de fazer seguir o trabalho com a memória: “se a gente não fizer a preservação, ninguém vai fazer”. (Cleiton Fofão, entrevista, 01/10/2021) Se distanciando do tombamento e da preservação nos moldes da política pública de patrimônio, a Quilombaque atua na arena das ações de patrimonialização a partir de instrumentos de fomento à produção cultural, o que, a princípio, pode parecer uma dissociação inesperada.

Estudar as causas dessa distância e se ela se faz presente em outros casos de coletivos culturais que atuam na preservação de patrimônios deve ser tarefa para estudos futuros. As últimas considerações se voltam para incitar os aprendizados que o trânsito da Quilombaque entre arenas pode trazer para o aprofundamento do projeto de democratização das políticas públicas de patrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Quilombaque mostrou que a hermeticidade das políticas oficiais não significa a impossibilidade de outras ações de patrimonialização continuarem atuando nessa arena pública. As políticas culturais ocupam, sim, um espaço relevante na narrativa da

Quilombaque, bem como de outros coletivos culturais das periferias (D'ANDREA, 2013; RAIMUNDO, 2017), porém, não se trata da política oficial de patrimônio cultural, mas das diferentes ações de fomento à produção e criação cultural em diferentes esferas de governo. São os editais, ainda que apresentem fortes limitações em sua abrangência social (ALMEIDA; PAIVA NETO, 2017), que são apresentados como pontos de virada na história do coletivo. Sobre esses casos, a história narrada da Quilombaque é um exemplo rico de uma interação produtiva entre ação pública e políticas públicas: mais do que uma relação de dependência, há uma alimentação recíproca entre políticas de fomento e coletivos culturais. Do outro lado, os órgãos oficiais de patrimônio cultural figuram na chave do diálogo ora intenso, ora brando, no contexto recente.

Preliminarmente, essa discrepância pode indicar uma desconexão no nível da literatura acadêmica, que tende a separar as questões “do patrimônio” e “do fomento”. É ainda patente a separação entre as comunidades acadêmicas “do patrimônio” e “das políticas culturais”, o que nos faz esquecer que os estudos sobre patrimônio, enquanto ação estatal, não conformam mais do que um subcampo, ainda que bastante extenso. Isso não significa que não existam editais no campo das políticas de patrimônio cultural – a Prefeitura de São Paulo tem atuado nesse sentido a partir do Inventário da Memória Paulistana (SCHENKMAN; CORRÊA; FUSER, 2021) – mas mostra que esses dois campos de atuação do Estado em matéria de Cultura ainda trabalham a partir de gramáticas diversas. Se as diferenças são patentes, devemos questionar se elas são produtivas para a construção de uma cidadania cultural. (CHAUÍ, 2006) A dissociação, tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito das políticas públicas, entre produção cultural e patrimônio cultural não parece levar a caminhos democratizantes. O vislumbamento de mais hipóteses para essa aparente desconexão, bem como a investigação de experiências de ação estatal que atuem na intersecção dessas arenas, pode ser um ponto de partida interessante para futuras pesquisas.

A experiência da Quilombaque apresenta que, no cotidiano e na história dos coletivos culturais, a patrimonialização e a produção cultural andam juntas. Foi essa conjunção no campo prático que mostrou uma disjunção no campo teórico – e isso é extremamente rico. Dessa forma, a Quilombaque congrega áreas de atuação que a academia e o governo parecem tratar com certa distância. No cenário presente de desconstrução de políticas públicas, a identificação de lacunas e faltas no longo percurso de democratização da ação estatal no patrimônio cultural se faz urgente para a criação de novas agendas que pautem inovações institucionais. A práxis do coletivo aqui estudado nos faz lembrar que o patrimônio se faz no cotidiano, em todos os momentos e por todos de uma determinada comunidade; ele sempre foi fluxo, nunca produto do monopólio estatal da criação cultural.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.; PAIVA NETO, C. B. Fomento à cultura no Brasil: desafios e oportunidades. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 10, n. 2, p. 35–58, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/24390>. Acesso em: 8 maio 2022.
- ANDRADE, R. M. F. Programa. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3–5, 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat01_m.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.
- ARANTES, A. A. Documentos históricos, documentos de cultura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 48–55, 1987. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.
- BOMENY, H. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, H. (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2001. p. 11–35. Acesso em: 23 mai. 2022.
- BOTELHO, A.; HOELZ, M. Macunaíma contra o Estado Novo: Mário de Andrade e a democracia. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 37,

n. 2, p. 335-357, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/YKgBQgtRPspS3jDNhk6nprp/?lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2022.

CALABRE, L. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 58, p. 137-156, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/7rG4ff9CYrHN5CtTgNwmvnp/?lang=pt>. Acesso em: 8 maio 2022.

CEFAÍ, D. Público, problemas públicos, arenas públicas...: o que nos ensina o pragmatismo (parte 1). *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/zdyH9SGqnWm5LwrV7MT4k9M/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 ago. 2020.

CHAUÍ, M. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. 6. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2017.

CHUVA, M. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2017.

D'ANDREA, T. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/en.php>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FARAH, M. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/tYDC3xqzZK33gpY3vfZ7jpG/?lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2020.

FARAH, M. Teorias de política pública. *Revista @mbienteeducação*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 631-665, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/1103>. Acesso em: 2 fev. 2020.

FENELON, D. Políticas culturais e patrimônio Histórico. In: *O DIREITO à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: O Departamento, 1992. p. 29-35.

FONSECA, M. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: IPHAN, 2005. (Série Risco original).

GONÇALVES, J. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: IPHAN 2002.

LONDRES, C. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: BOMENY, H. (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro, Ed. FGV; São Paulo: Ed. Universidade de São Francisco, 2001. p. 11-35. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6702>. Acesso em: 23 mai. 2022.

MAGALHÃES, A. M. A inspetoria de monumentos nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 233-290, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/146199>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MARINS, P. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/Yf6CPL5tL3bMZBm4993wDLL/?lang=pt#>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MICELI, S. SPHAN: refrigerio da cultura oficial. *Revista do Patrimônio*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 44-47, 1987. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf. Acesso em: 31 ago. 2021.

MICELI, S. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEVES, D. *A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires*. São Paulo: Alameda, 2018.

NITO, M.; SCIFONI, S. Ativismo urbano e patrimônio cultural. *Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, [São Paulo], n. 23, p. 82-94, 2018. Disponível em: <https://revistaarquurb.com.br/arqurb/article/view/40>. Acesso em: 8 jun. 2021.

OLIVEIRA, D. Insurgências culturais e políticas e a emergência do intelectual periférico. In: OLIVEIRA, D. (coord.). *Periferias insurgentes: ações culturais de jovens na periferia de São Paulo*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2021. p. 13-53. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/657/584/2198-1>. Acesso em: 15 jul. 2021.

- POULOT, D. *Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII–XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- QUEIROZ, J. de S. Q. *Constante Transformação*. [Entrevista cedida a] Comunidade Cultural Quilombaque. Museu da Pessoa, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/pobre-e-honrado-125164>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- RAIMUNDO, S. *Território, cultura e política: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada*. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-17042017-104001/pt-br.php>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- RETROZ, S.; BORGES, L. Patrimônio e museologia numa gestão petista da cidade de São Paulo: o tombamento do bairro de Perus e a exposição Pátria Amada Esquartejada. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [s. l.], v. 10, n. 19, p. 577–601, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/32335>. Acesso em: 01 ago. 2021.
- RUBIM, A. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A.; BARBALHO, A. (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007. p. 11–37. (Coleção Cult).
- RUBINO, S. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional, 1937–1968*. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1578409>. Acesso em: 26 jan. 2021.
- SALA, D. Mário de Andrade e o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 31, p. 19–26, 1990. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70041>. Acesso em: 23 mai. 2022.
- SCHENKMAN, R.; CORRÊA, V.; FUSER, L. O inventário memória paulistana: as placas de patrimônio e a salvaguarda de histórias da cidade de São Paulo. In: Simpósio Científico do Icomos Brasil, 4.; Simposio Científico Icomos–Lac, 1., 2020, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Belo Horizonte: Even3, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/simpsoioicomos2020/242937-o-inventario-memoria-paulistana>

as-placas-de-patrimonio-e-a-salvaguarda-de-historias-da-cidade-de-sao-paulo/. Acesso em: 17 ago. 2021.

SCIFONI, S. Para repensar a educação patrimonial. In: PINHEIRO, A. (org.). *Cadernos de educação patrimonial: educação patrimonial*, v. 1, Fortaleza: IPHAN, 2015. p. 195–208. (Série Cadernos de educação patrimonial). Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf). Acesso em: 17 ago. 2021.

SMITH, L. *Uses of Heritage*. New York: Routledge, 2006.

SOUZA, C. F. de. *O Refúgio da Batida*. [Entrevista cedida a] Comunidade Cultural Quilombaque. Museu da Pessoa, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/o-refugio-na-batida-125159>. Acesso em: 31 ago. 2021.

SOUZA, C. *Sevirologia: a arte de sobreviver e construir um território educador*. São Paulo: Ed. SESC, 2020.

SPINK, P. Psicologia social e políticas públicas: linguagens de ação na era dos direitos. In: MARQUES, E.; FARIA, C. (org.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Ed. UNESP; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013. p. 155–180.

SPINK, P. Um olhar diferente sobre a multidisciplinaridade: política pública e as múltiplas linguagens da ação pública. In: Encontro nacional de ensino e pesquisa do campo de públicas, 1., 2015, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: [s. n.], 2015. p. 1–17.

ZAGATO, J. *Governos Locais, Participação Social e Patrimônio Cultural: análise da experiência de Iguape na preservação de seu conjunto urbano tombado*. 2017. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2017. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFBC_5aeb183ffe07988f12c44c35d397266e. Acesso em: 2 fev. 2020.